

**PERCEPÇÕES DE JOVENS DE UMA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO SOBRE AS
RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE
SEXUAL: “a gente acredita na origem de Deus, ne?”****PERCEPTIONS OF YOUNG PEOPLE FROM A
KILOMBO REMAINING COMMUNITY ON THE
RELATIONSHIPS OF GENDER AND SEXUAL
DIVERSITY: “we believe in the origin of God, right?”**

Marcielle Neres de Jesus^{1,*} /
Domingos Rodrigues da Trindade²

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade predominantemente capitalista e patriarcal, falar de gênero e diversidade sexual é considerado um desafio. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar as percepções sobre as relações de gênero e diversidade sexual dos jovens do campo da Comunidade Remanescente de Quilombo Boi, localizada no município de Pindaí-Bahia, situado no Território de Identidade Sertão Produtivo.

Os jovens em geral têm passado por várias experiências e mudanças ao longo dos anos e, ao mesmo tempo, sofrido com restrições e imposições relacionadas às suas ações e ideias na sociedade. Desse modo, para as juventudes do campo os limites são ainda maiores do que para aqueles e aquelas jovens que vivem nas cidades, considerando os costumes e valores arraigados nas relações da população, transmitidos pelos adultos a jovens e adolescentes.

As diferenças de gênero refletem-se na invisibilidade da diversidade sexual, pois, na medida em que se ensina desde a infância como as pessoas devem agir, obedecendo a seu sexo biológico, não se aceita que homens e mulheres possam ter orientações sexuais diferentes daquela considerada “normal”, que é a relação entre homem e mulher. Com isso, aumentam-se cada vez mais os casos de homofobia e violências contra as mulheres.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as percepções sobre as relações de gênero e diversidade sexual dos jovens do campo da Comunidade Remanescente de Quilombo Boi, localizada no município de Pindaí-Bahia, situada no Território de Identidade Sertão Produtivo. Para coletar os dados foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, utilizando-se de grupos de discussão com jovens homens e mulheres da comunidade. A pesquisa aponta que o silenciamento atrelado ao conservadorismo e tradicionalismo, no cotidiano da juventude do campo, tem limitado discussões sobre gênero e sexualidade nesse contexto. Falar sobre essas temáticas no âmbito da família pode ser visto como algo desrespeitoso.

Palavras-chave: Gênero. Diversidade sexual. Jovens do campo. Denúncias de Silenciamento.

ABSTRACT

This study aims to analyze the perceptions about the relations of gender and sexual diversity of young people from the field of the Remaining Community of Quilombo Boi, located in the municipality of Pindaí-Bahia, located in the Territory of Identity Sertão Produtivo. To collect the data, a field research with a qualitative approach was carried out, using discussion groups with young men and women from the community. The research points out that the silencing linked to conservatism and traditionalism, in the daily life of rural youth, has limited discussions on gender and sexuality in this context. Talking about these topics within the family can be seen as something disrespectful.

Keywords: Gender. Sexual diversity. Young people from the countryside. Complaints of Silence.

Submetido em: 22 de mai. 2020

Aceito em: 17 de dez. 2020

¹Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, Bahia – Brasil.

²Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Guanambi, Bahia – Brasil.

*E-mail para correspondência: marcieleneres@gmail.com

Os construtos históricos que perpetuam nas atitudes homogêneas de homens e mulheres, refletem-se negativamente na maneira como as próprias mulheres se percebem dentro do seu grupo social. Ainda hoje, veem-se mulheres ideologicamente manipuladas, que reforçam as diferenças de gênero no seu cotidiano. Por vivenciarem durante anos atitudes de inferioridade, acabam reproduzindo e naturalizando a posição submissa, a qual lhe foi ensinada a ocupar. Assim, nas famílias tradicionalmente aceitas, as próprias mães são responsáveis pela educação das filhas, uma educação voltada para as vivências domésticas, enquanto aos homens se destinava o papel de chefes e provedores do sustento familiar. Ainda hoje a figura do homem prevalece no centro, como sinônimo de superioridade, fazendo com que as vontades das mulheres deixem de existir diante da autoridade dos homens.

No processo de leitura sobre a questão de gênero, uma indagação suscitada foi: como é ser jovem do campo e ter sua identidade sexual contrária à heteronormatividade? Tal indagação parece causar estranheza e espanto, pois a falta de informações e conhecimento de muitos, em relação à sexualidade, perpetua a ideia de que no campo não há diversidade sexual, quando na verdade o que existe são jovens com medo de demonstrarem a sua sexualidade e se exporem perante a sociedade. Morar no campo ainda não é bem visto para muitos; nesse cenário, ser lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual e do campo, parece ser ainda pior, pois as agressões poderão ser em dose dupla.

Nesse sentido, este estudo buscou responder à seguinte pergunta: Quais as percepções dos jovens do campo da Comunidade Remanescente

de Quilombo Boi, localizada no município de Pindaí-Bahia, sobre as relações de gênero e diversidade sexual?

CONTEXTO E CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para chegar até a Comunidade Remanescente de Quilombo pesquisada, é preciso antes traçar os caminhos que deram origem aos quilombos no Brasil. Seu início data desde o período colonial quando surgiram os primeiros quilombos no país. Nesse período os quilombos eram denominados como lugares onde se refugiavam os escravos das grandes fazendas. O termo surgiu a partir do Conselho Ultramarino do governo português em 1740, segundo o qual é considerado quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles” (BERGER, 2007, p. 3). Nas palavras de Almeida (2002, p. 67), “tal visão permanece intocável, inquestionável e soberana inclusive numa certa interpretação do art. 68, onde ‘remanescente’ é sinônimo de resíduo, de sobrevivência, daquilo que sobrou”.

Para além dessa concepção eurocêntrica, os quilombos se configuram como um lugar onde reside um povo com formas de vida próprias. Dessa forma, a Constituição Federal de 1988, ao usar o termo “remanescentes de quilombos” no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para se referir às comunidades quilombolas, desconsidera todo o processo que envolve a identidade cultural e social das pessoas que pertencem ao grupo, que trazem consigo desde os primórdios saberes e culturas que continuam através dos seus descendentes.

Almeida (2002, p. 68) afirma ainda que “os procedimentos de classi-

ficação que interessam são aqueles construídos pelos próprios sujeitos a partir dos próprios conflitos, e não necessariamente aqueles que são produto de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes”.

Os quilombos se espalharam pelo Brasil durante o período da escravidão, sendo um dos mais conhecidos o Quilombo de Palmares, que representa um grande marco na história da resistência dos escravizados no país.

Conforme Macêdo (2008, p. 36)

os quilombos foram tratados pela historiografia clássica até a década 70, do século passado, como ‘redutos de escravos fugitivos das fazendas’, constituídos de um suposto isolamento e auto-suficiência, tomando o quilombo de Palmares como modelo. Essa visão ainda permanece arraigada até hoje, no senso comum.

Macêdo (2008, p. 37), destaca: “essa concepção tradicional de quilombo não contempla a diversidade das relações entre escravos e sociedade escravocrata, nem as mais variadas formas pelas quais os negros se apropriaram da terra”. Essa concepção contribui para a estigmatização desses espaços, que são vistos ainda hoje como pertencentes a uma população isolada, quando na verdade são pessoas que se constituem a partir das suas vivências dentro da comunidade, que buscam seu lugar na sociedade, no entanto são vítimas do racismo e discriminação diariamente de formas variadas e perversas.

O município de Pindaí-Bahia possui duas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, dentre as quais está a Comunidade Remanescente de Quilombo Boi, onde foi realizada a pesquisa.

A cidade de Pindaí-Bahia está localizada na região da Serra Geral,

Sudoeste do estado da Bahia. Município de pequeno porte com o total de 15.616 habitantes, sendo que desse total 3.631 são da zona urbana e 11.863 da zona rural, sendo, assim, um município com uma zona rural extensa, particularizando sua grande cultura agrícola (IBGE, 2010).

A Comunidade Remanescente de Quilombo Boi é pequena, com uma população estimada de 160 habitantes. O número de jovens residentes no quilombo atualmente corresponde a 38 jovens.

Foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, pois esta proporciona um envolvimento maior com a realidade cultural e social. Para Chizzoti (2001, p. 79), esta concepção de pesquisa “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Isso justifica a escolha dos grupos de discussão, espaços em que os jovens puderam expressar suas percepções sobre as temáticas: relações de gênero e diversidade sexual.

JUVENTUDE(S): REFLEXÕES CONCEITUAIS

A juventude pode ser considerada como uma categoria social, em que estão presentes transformações para além das esferas biológicas, em que estão relacionados aspectos culturais, sociais e econômicos, que se diversificam de uma sociedade para outra. Nessa perspectiva, muitos estudiosos defendem a ideia de que se deva tratar de jovens e juventudes no plural, para que todas as formas de vivenciar a condição juvenil sejam contempladas. Weisheimer (2015, p.

32) aponta “para a necessidade de pensarmos mais em termos de juventudes e jovens no plural, uma vez que esses vivem realidades sociais diversas, construindo experiências e identidades juvenis distintas”.

É importante destacar que a homogeneidade tem contribuído para a invisibilidade das juventudes nos meios sociais. Para superar essa realidade, é preciso compreender e aceitar os jovens como pessoas pertencentes à sociedade, que, portanto, devem exercer seus direitos e deveres, manifestando suas ideias e realizando ações sociais no meio em que estão inseridos. Ser jovem está relacionado a contextos e características diferentes.

Nessa perspectiva, para Pais (1990, p. 164),

[...] torna-se necessário que os jovens sejam estudados a partir dos seus contextos vivenciais, quotidianos—porque é quotidianamente, isto é, no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação.

As juventudes possuem um papel fundamental para o desenvolvimento da sociedade, portanto precisam ser estudadas cuidadosamente para que os paradoxos relacionados à condição juvenil não os impeçam de exercer o seu papel, mas fortaleçam os seus vínculos com outras instâncias sociais e políticas.

Os jovens que possuem a mesma idade biológica podem estar vivenciando fases distintas em suas vidas, alguns podem estar trabalhando, outros estudando, uns vivem no campo outros na cidade e assim sucessivamente. O que importa aqui é compreender as especificidades dos jovens, onde estão

inseridos e que estes possuem experiências de vida próprias.

No caso das juventudes do campo, também não podem ser definidas apenas por um conceito. A diversidade é uma das características marcantes na sociedade, nas juventudes do campo, não é diferente, a diversidade se manifesta na forma de ser e agir de cada um. Leão e Rocha (2015, p.21) ressaltam:

Temos jovens que estão no campo, mas vivem experiências e práticas sociais que estão tradicionalmente vinculadas ao espaço urbano. Por outro lado muitos jovens vivem em áreas urbanas, mas trabalham no campo. Encontramos também jovens que nasceram e vivem no campo, mas não desejam ali permanecer, e jovens das cidades que se movimentam em direção ao campo em busca de trabalho e moradia.

Os jovens do campo são sujeitos que possuem cultura, história, identidade e conhecimento e precisam ser reconhecidos na sua diversidade, como pertencentes à sociedade. O não reconhecimento das especificidades desses jovens contribui para que esses sujeitos sejam negligenciados e rotulados como atrasados, incapazes. Nas palavras de Leão e Rocha (2015, p.24), “a construção de uma identidade de/em luta passa sem dúvida pela superação do ideário vinculado ao sentido do rural como rude e atrasado”. Essa visão ruim do campo, por muito tempo, tem levado os jovens do campo e a sua população em geral a negarem sua origem, escondendo sua identidade para não serem vítimas do preconceito e exclusão.

O campo onde os jovens estão inseridos tem-se tornado um espaço de disputa de territórios e poder, onde os grandes latifundiários e fazendeiros

tentam desenvolver o agronegócio, retirando os direitos do camponês, negando-lhe a terra e, conseqüentemente, dificultando a sobrevivência desses sujeitos no espaço que lhes pertence. Como afirmam Cover e Cerioli (2015, p. 51), “a concentração da estrutura fundiária, que é reforçada por políticas de apoio ao agronegócio, tem conseqüências para a população do campo, incluindo a juventude”.

Em meio a esses conflitos, os jovens do campo têm enfrentado vários desafios que vão desde a invisibilidade ao descaso. Weisheimer (2015, p. 28) destaca que “essa invisibilidade se processou pela reprodução de determinado olhar que tanto nega a existência do outro, quanto o uniformiza em uma unidade descaracterizante”. A visão conservadora que muitos têm do campo, é construída socialmente pelo sistema capitalista, com o intuito de afastar os jovens para a cidade, fazendo com que percam sua identidade e abandonem a vida no campo, para irem trabalhar nas grandes cidades, beneficiando o sistema capitalista.

O assédio sugestivo que a mídia faz sobre as facilidades e oportunidades urbanas de lazer, educação, promoção, valorização e saúde, aliado aos complexos industriais que absorvem parte dessa mão de obra despreparada e conseqüentemente barata, impulsionam o jovem a deixar mais cedo a propriedade, favorecendo um envelhecimento precoce do campo e promovendo a redução do processo produtivo das propriedades rurais e do mar pela falta de mão de obra (DURAND; ALVES, 2015, p.61).

Somada a isso, a falta de políticas públicas intencional, no campo, não permite que o jovem viva sua condição juvenil. Contudo, no campo há vidas, pessoas que anseiam pelo

reconhecimento, que não desejam sair das suas casas, nem abandonar seu estilo de vida. Com os avanços tecnológicos e científicos, o campo vem ganhando uma nova configuração; muitas tecnologias, como a internet e o sinal telefônico, antes acessíveis apenas nos meios urbanos, fazem parte do cotidiano dos jovens do campo, o que facilita a implementação de políticas públicas voltadas a esse público. O estudo realizado por Pereira (2007, 154) aponta que “a carência de oportunidades locais diminui as possibilidades de os jovens conseguirem melhor padrão de vida sem ter que migrar. Desse modo, para muitos rapazes e moças, melhores condições de vida passam pela experiência da migração”.

Assim, a juventude que vive no campo necessita encontrar suportes para que possa escolher entre ficar ou sair do campo e, caso ele opte por sair, que não seja por falta de oportunidades de permanência.

A luta por uma vida digna e sustentável no campo não pode parar, pois, por mais que se tenham alcançado conquistas e melhoras para essa população, o capitalismo tenta a todo instante estigmatizar esses sujeitos, colocando-os em situações inferiores, oprimindo e rejeitando seus valores humanos, culturais e sociais. A superação da opressão e desvalorização exige da juventude camponesa o engajamento em movimentos políticos e socioculturais, por meio das quais possam reivindicar seus direitos e cumprir com seus deveres, exercendo a sua cidadania.

RELAÇÕES DE GÊNERO: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS

As relações de gênero foram construídas socialmente por uma soci-

idade egocêntrica, marcada pelo machismo e pelo sistema patriarcal, em que homens e mulheres devem ocupar espaços distintos, segundo as regras impostas socialmente, em que as diferenças biológicas têm ocasionado desigualdade de gênero. Essa racionalidade parte da visão de que homens e mulheres, por serem diferentes biologicamente, devem também portar-se de forma distinta, reforçando a ideia da superioridade masculina. “Assim a formação da personalidade, bem como a do comportamento e da identidade de gênero de uma pessoa estariam necessariamente coladas ao sexo com o qual ela nasce” (VIANNA, 2018, p. 21).

Dessa forma, a condição biológica impõe o que é “ser homem” e “ser mulher”, dentro da cultura capitalista, que contribui para a reprodução do machismo em variados espaços, como na rua, na universidade, no ambiente de trabalho, até mesmo nos movimentos sociais, e principalmente no âmbito familiar. Para mudar essa realidade, os movimentos de mulheres precisam ocupar esses espaços para que suas vozes, seus ideais e anseios possam ecoar em prol da igualdade de gênero e empoderamento.

De acordo com Silva e Oliveira (2016, p. 33),

Nesse aspecto, o empoderamento feminino representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação masculina tradicional, garantindo-lhes a autonomia e a participação essenciais.

Desse modo, as mulheres precisam lutar diariamente por um lugar na sociedade, onde elas possam ser elas mesmas sem ter um homem por trás das suas escolhas e atitudes. Atual-

mente, nas redes sociais e canais de televisão, tem aumentado o número de reportagens referentes à violência doméstica e ao feminicídio. Será que houve um aumento do número de violências? Ou foi o número de denúncias que aumentou? Talvez tenha aumentado o número de violências, mas é visível que muitas mulheres não se calam mais diante dos maus-tratos sofridos e denunciam. Por muito tempo as mulheres ficaram em silêncio, vivenciando diariamente as diversas formas de violência dentro da própria casa, assim como em outros espaços. Em vista disso, muitas morreram e morrem de forma brutal.

Dados da pesquisa “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e pelo Instituto Datafolha no ano de 2019, apontam que: 27,4% das mulheres reportaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos doze meses, prevalência basicamente igual à verificada em 2017 (28,6%). A pesquisa revela ainda que o autor da violência é normalmente alguém próximo da vítima: 76,4% dos agressores são conhecidos, sendo 39% parceiros e ex-parceiros e 14,6% parentes.

Muitos casos de violência e mortes têm permanecido impunes, a sociedade tenta negar que a todo instante uma mulher é agredida ou morta, normalizando os fatos. Segundo Waiselfisz (2015, p. 75), “a normalidade da violência contra a mulher no horizonte cultural do patriarcalismo justifica, e mesmo ‘autoriza’ que o homem pratique essa violência, com a finalidade de punir e corrigir comportamentos”. Mesmo com a aprovação da Lei nº 11.340 em 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, essa realidade continua.

Os dados exigem políticas públicas urgentes que possam reverter esse cenário que envergonha a sociedade brasileira. Não podemos aceitar que vidas sejam tiradas apenas por serem mulheres.

Outro elemento importante a se colocar nesse debate diz respeito à garantia dos direitos das mulheres, a valorização do seu trabalho; elas têm conseguido alcançar cargos importantes, antes ocupados somente por homens. No entanto, a diferença salarial ainda é um problema vigente em muitas profissões, pois, mesmo tendo a mesma formação e exercendo a mesma função, muitas mulheres recebem menos que os homens apenas por serem mulheres. “O nível de ganhos dos brasileiros é reconhecidamente baixo, e as brasileiras como as mulheres de todo mundo ganham menos ainda do que os homens”, complementam Bruschini, Ricoldi e Mercado (2008, p. 18), embora o nível de escolarização seja maior do que o dos homens na maioria das vezes.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2016) apontam que as mulheres de 15 a 17 anos de idade tinham frequência escolar líquida (proporção de pessoas que frequentam escola no nível de ensino adequado a sua faixa etária) de 73,5% para o ensino médio, contra 63,2% dos homens. Isso significa que 36,8% dos homens estavam em situação de atraso escolar.

Dessa forma, a desigualdade de gênero aparece em várias instâncias da vida da mulher, no mundo do trabalho; mesmo quando o seu nível de instrução é maior do que o dos homens, a diferença de gênero prevalece sobre os seus direitos.

No caso das famílias camponesas, o pai ainda é visto como o chefe da casa e todos têm que obedecer a

suas ordens. As jovens do campo raramente saem sozinhas, já os homens possuem mais liberdade. “Percebe-se, assim que o público esteve atrelado à visibilidade, à autonomia, ao status social, sendo, pois, um lugar do poder masculino. As mulheres estavam reservadas tão somente à conjuntura doméstica, à do privado” (SILVA; OLIVEIRA, 2016, p. 33).

Essa visão patriarcal ainda é muito presente na escola, que, por sua vez, tem servido para reproduzir as desigualdades de gênero, por meio de suas normas e regras sobre as condutas. “Ela é responsável por construir e transmitir conhecimento, porém, muitas vezes o faz reproduzindo padrões sociais sexistas” (MUHLEN; STREY, 2017, p. 71).

Dessa forma, ao invés de uma educação libertária e emancipatória, que leva o sujeito à reflexão e reconhecimento da sua própria identidade, temos uma educação que aprisiona culturas e valores por meio dos seus currículos padronizados, impedindo as pessoas de expressarem o seu verdadeiro eu.

Olhando no retrovisor da história recente, podemos destacar o projeto “Escola sem Partido”, que está sendo implantado em muitas escolas brasileiras sob a justificativa de que há doutrinação nas salas de aula. Todavia, a reflexão sobre a criação e a implementação desse projeto e a sua relação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) leva à compreensão de que a verdadeira doutrinação e manipulação parte dos seus idealizadores, ao vetarem discussões pertinentes ao conhecimento e à formação dos sujeitos como seres pensantes.

O não reconhecimento das diferenças de gênero contribui para a propagação do machismo e todas as suas consequências, como a violência física

e a psicológica às quais muitas mulheres são submetidas diariamente.

DIVERSIDADE SEXUAL: PARA ALÉM DOS PADRÕES HETERO-NORMATIVOS

O discurso sobre o respeito às diferenças faz parte da fala de muitas pessoas atualmente, porém, no que tange à diversidade sexual, o respeito não passa de meras palavras que às vezes se perdem em meio à discriminação e à não aceitação.

Em uma sociedade construída socialmente com ideais de uniformização, conviver com a diversidade tem sido um obstáculo, principalmente para as classes popularmente inferiorizadas. O círculo vicioso heteronormativo não permite que os jovens vivam a sua vida de acordo com os seus próprios princípios, pois, além do controle sobre o corpo, o controle ideológico reflete-se consequentemente no cotidiano dos jovens. Pouco se discute sobre sexualidade no âmbito familiar e comunitário. Muitos pais preferem não falar sobre esse assunto com seus filhos, resultando em desinformação e contribuindo com casos de homofobia.

Como resultado da desinformação e dos valores conservadores arraigados na sociedade, ainda hoje, muitas pessoas compreendem gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais como anormais, pois contrariam os padrões do modelo da família tradicional e contradizem os valores e regras de comportamentos por ela imposta. Alves (2007) sublinha que, nesse contexto, a homossexualidade é vista como algo que envergonha a família.

Nesse sentido, as discussões sobre gênero são essenciais para o combate à homofobia no país. E a escola, ao exercer seu papel social dentro da comunidade, deve contribuir para a

formação da identidade dos seus alunos, o que envolve o olhar sensível para com a diversidade presente nesse espaço. O conservadorismo presente em muitas famílias e na política brasileira tem contribuído para que a exclusão, principalmente relacionada a gênero e diversidade sexual, perpetue dentro dos espaços escolares, como é o caso de alguns municípios no país que têm aprovado projetos de lei que proíbem a discussão de gênero nas escolas devido a manifestações de religiosos e pais de alunos, que tomaram uma grande proporção principalmente pelas redes sociais.

Para Maia e Rocha (2017, p. 416), “esse conservadorismo na política pública brasileira, em especial na educação, se valida no argumento de que a ciência deve ser neutra e imparcial – e assim também deveria, em suas vozes, ser a escola”. Esse conservadorismo defende o projeto “Escola sem Partido”, que busca, através da BNCC tornar a escola em um espaço puramente tecnicista, desconsiderando a diversidade, os valores e culturas que envolvem seus sujeitos.

O sistema neoliberal, por trás do projeto “Escola sem Partido”, visa a transformar a população em pessoas manipuláveis, que trabalhem para atender às demandas do sistema capitalista, sem questionar a sua posição de oprimido. Tendo percebido o poder de liberdade que o conhecimento proporciona por meio da educação, a burguesia tenta, através dela, inculcar normas e desviar o conhecimento da classe inferiorizada do país, e, com isso, reforçar a invisibilidade das diferenças raciais, sexuais, culturais e de classes.

No capitalismo não há espaço para a diversidade; embora ela exista, se torna invisível diante dos detentores do poder. Nesse sentido, se a escola adotar normas e currículos padroniza-

dos, ao invés de educar para a liberdade, oprime jovens e adolescentes, compactuando com as reproduções de homogeneidade de gênero e orientação sexual. Desse modo, Oliveira e Teruya (2018, p. 46) enfatizam que, “na escola e na família, adolescentes que não se identificam com a heteronormatividade são excluídos(as) e apontadas (os) de modo vexatório, criando uma barreira para o contato social dentro e fora das instituições escolares”.

A noção da diversidade sexual, em uma sociedade dominada pelo sistema patriarcal, perpassa pelos limites da soberania e poder, e enfrenta diariamente resistência por parte daqueles que pregam o conservadorismo exacerbado e não aceitam outras formas de viver em sociedade senão aquelas que atendam às suas demandas.

O QUE DIZEM OS JOVENS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO BOI SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL?

As juventudes do campo, assim como as juventudes urbanas, vivem em contextos diferenciados e consequentemente têm percepções diferentes sobre as questões de gênero e diversidade sexual. “[...] As diferenças (com seus efeitos positivos ou negativos) entre regiões do país, entre ser jovem no campo ou na cidade, e mesmo as diferenças entre cidades grandes e pequenas devem ser levadas em conta para caracterizar matizes da condição juvenil” (NOVAES, 2006, p.107).

Assim, ser jovem homem e mulher do campo e quilombola implica romper barreiras impostas socialmente, que incidem no cotidiano desses jovens e na construção das suas identidades, como apontam os dados coleta-

dos durante a realização dos grupos de discussão na comunidade pesquisada.

É importante sublinhar que por muito tempo o olhar direcionado às comunidades quilombolas e, conseqüentemente, ao povo que compõe o grupo, menosprezava a capacidade em desenvolver-se nos aspectos intelectual, social e economicamente. Esse fato se comprova a partir de relatos das pessoas mais velhas da Comunidade Quilombola Boi, ao lembrarem que por muito tempo eram tratadas pelas pessoas das comunidades vizinhas com termos que feriam a sua imagem e dignidade como cidadãos.

A “liberdade” à qual foram submetidos os negros os colocou em uma situação perversa dentro da sociedade, sem perspectivas de vida. Segundo Fernandes:

O desalento e a desilusão do negro conduziram, assim, ao seu primeiro tirocínio com a liberdade. “Ele vergou, mas não quebrou a espinha”: orgulhosamente, teve coragem de optar entre a fome, a miséria e a humilhação e a continuidade disfarçada, mas indefinida da antiga escravidão (FERNANDES, 1978, p.93-94).

Constantemente um negro é vítima de preconceito pelo olhar do outro, que julga pela cor da pele o que ele é ou não capaz de fazer, muitas vezes é confundido com um ladrão, porque, segundo a lógica do opressor, é esse o lugar que os negros ocupam na sociedade, um lugar de inferioridade, de vagabundagem. Muitas ações racistas têm sido justificadas pelo mito da democracia racial, que, segundo Gomes:

[...] pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do

racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. (GOMES, 2005, p. 57).

Assim, segundo a lógica dessa ideologia, todos tiveram a mesma oportunidade, porém a incapacidade de alguns levou às desigualdades sociais. O mito da democracia racial tem sido, assim, um caminho para que a discriminação, o racismo e o preconceito continuem a persistir cada dia mais fortes dentro de vários espaços.

O racismo institucional é perceptível também, por meio da negação das diferenças e estigmatização da cultura negra, comprometendo a identidade desses sujeitos. Como consequência disso tem-se, no Quilombo Boi, jovens e também adultos com dificuldades identitárias, que não se reconhecem e por muito tempo viverão com medo e vergonha de assumirem suas origens, pois ninguém quer ser associado a algo que é visto como negativo o tempo todo.

O silenciamento envolvendo questões étnicas “nas diversas instituições sociais favorece que se entenda a diferença como desigualdade e os negros como sinônimos de desigual e inferior” (CAVALLEIRO; GOMES, 1998, p. 26). Esse silenciamento que incide sobre o cotidiano dos jovens pertencentes ao Quilombo Boi, reflete-se negativamente na forma como os jovens se veem dentro da comunidade, ocupando um espaço em que o medo determina suas escolhas e o lugar que devem ocupar, como também sobre quais assuntos devem ou não falar, a exemplo da sexualidade.

Partindo dessa lógica, a população campesina, particularmente as juventudes precisam ser protagonistas da sua própria história. Deixar que os/as jovens experienciem novos ares,

tenham a partir de outros ângulos para que produzam outros olhares sobre as relações de gênero e diversidade sexual. Um olhar que difere daquele que lhes foi ensinado nos moldes do pensamento conservador.

Nesse cenário de invisibilidade e falta de políticas de valorização do campo em muitas comunidades rurais, as discussões sobre gênero e diversidade sexual demandam desconstrução dos estereótipos que permeiam essas questões. No âmbito familiar, por exemplo, o assunto sexualidade é pouco debatido, devido a tradições conservadoras que ainda fazem parte do cotidiano de muitos jovens, como se pode identificar nas falas a seguir:

Eu acho que deixa a desejar, porque dentro da família mesmo os pais não conversam sobre isso, não têm aquela liberdade com os filhos para conversar sobre sexualidade, as coisas acontecem, mas vai tipo assim, o que eles aprendem na escola ou então na rua (JM5)³.

Pelo fato da gente morar na roça, a gente sempre segue os costumes né dos antigos, então, se a gente for falar algum assunto desse um já acha que é desrespeito, já não gosta, então é por isso que, no caso da gente é pouco debatido acho que tem um pouco disso ainda, dessa tradição (JH1)

As narrativas expressam o quanto a tradição conservadora ainda prevalece nas famílias camponesas, fazendo com que assuntos como relações de gêneros e diversidade sexual sejam silenciados no contexto familiar. Muitas vezes falar sobre esses assuntos no âmbito da família pode ser considerado pelos pais como algo desrespeitoso.

³Os participantes da pesquisa são identificados com letras e números para manter o anonimato.

Durante os relatos dos pesquisados, pode-se perceber o quanto as relações de gênero e diversidade sexual precisam ser debatidas entre e com eles, tanto no contexto familiar como também no âmbito escolar, pois o respeito à diversidade sexual das pessoas é um dos princípios importantes para viver e conviver bem em sociedade.

Ao analisar as narrativas dos participantes, percebe-se que as influências conservadoras e religiosas são mais notáveis nas falas dos jovens que já constituíram famílias, apresentando uma visão mais fechada quando se trata da temática ideologia de gênero e diversidade sexual, como fica explícito nas falas na sequência.

[...] a ideologia de gênero, né, tá querendo mudar, o que Deus fez, tipo assim homem e mulher, tá querendo colocar na mente da pessoa que não existe isso daí, que a gente tem que escolher o que a gente é entendeu, tá querendo mudar o que a gente nasceu, eu acho (JM5).

As ideias sobre a ideologia de gênero que circulam no campo seguem uma visão deturpada sobre gênero, que se reproduzem nas falas dos sujeitos. As informações que as juventudes do campo possuem sobre a temática ideologia de gênero se resumem naquilo que passa na mídia.

Homens e mulheres no campo são tratados de forma diferenciada. O pai tem uma preocupação maior com as filhas e suas condutas, enquanto os filhos são mais livres, mas são vigiados em suas escolhas, formas de agir e lidar com o corpo. Meninos não podem brincar de bonecas e meninas não podem jogar futebol, pois acredita-se que isso pode influenciar nas suas relações sexuais. Esses valores passados pela família exercem forte influên-

cia na vida dos jovens não só no campo, mas de forma geral. “Tem pessoa que pensa assim, será que eu devo seguir o caminho que eu conheci, ou será que eu devo seguir o caminho que meus pais me ensinaram, tem esse ponto de pensar também, né” (JM1) relata uma jovem da pesquisa.

Segundo Velho (2006, p.195),

A família e o parentesco constituem um domínio em que a hierarquia é, por definição, estruturante. As relações entre parentes e gerações são marcadas por regras através das quais os indivíduos são englobados em unidades maiores, estabelecendo precedências e limites, construindo e disciplinando sentimentos e afetos.

Ao lado da família tem-se a religião com doutrinas que ditam quais caminhos devem ser seguidos pelos seus adeptos, “[...] pois, se a agente tem a religião, a gente não faz muitas coisas né, deixa de fazer muitas coisas por conta da religião” (JM8). Além disso, “a gente não vai tomar decisão assim, porque a gente é muito cobrado pela sociedade” (JH2), complementa outro jovem.

Essas cobranças estão relacionadas a diversos fatores, que vão desde a forma de ser e agir. A imposição de comportamentos sobre corpos alheios não aceitam outros modos de viver em determinado grupo social.

“A GENTE ACREDITA NA ORIGEM DE DEUS, NÉ”

A religião possui forte influência nas condutas das pessoas dentro da comunidade, normalizando comportamentos a serem reproduzidas, como forma de seguir fielmente um padrão.

Dessa forma, os jovens vivem camuflados dentro de uma caixinha, chamada conservadorismo, que invia-

biliza suas expressões, sejam elas corporais ou emocionais. A não aceitação do outro gera problemas psíquicos em ambas as partes, mais gravemente para a parte que sofre a rejeição, que se vê frequentemente em situações constrangedoras, que ferem a sua vivência tanto pessoal quanto social dentro do grupo ao qual pertence.

O desejo de pertencimento a um grupo surge à medida que se pode assumir a sua identidade sem medo de repreensão, e coação, em virtude da sua orientação sexual.

Alguns jovens da pesquisa disseram que já presenciaram casos de LGBTfobia, nas seguintes situações:

Eu já vi caso assim que eu presenciei, né, xingando o amigo meu que é gay em Pindaí, queria falar assim: você não vai viver muito tempo, cê é viado, cê vai ser espancado e morto. Eu já vi casos desse jeito por causa que o preconceito é muito grande e a homofobia também demais (JM1).

Eu também já presenciei, o cara vestido de mulher e os homens que estavam perto de mim na fila fazendo chacota dele, mas a minha reação, não tive reação para falar nada (JM7).

Eu já vivenciei, igual passou um menino, [...] é gay, passou na rua vestido inadequado e de moto, arrancando a moto, aí um cara perto de mim já falou bem assim, gritou e falou assim: oh pra cê ver, esse gay, esse viado, deviria matar [...]. Eu não concordei com aquilo, tá entendendo, [...] eu acho injusto, tipo assim se ele é assim, a gente tem que respeitar, não precisa tá insultando ou levando até crimes por conta disso (JM5).

Segundo Araújo (2005, p. 44), “a questão da diferença entre os seres humanos é parte da história da humanidade”, portanto os seres humanos

não são iguais, e todas as pessoas precisam ser respeitadas em suas particularidades. Assim, é necessário construir uma nova sociabilidade humana em que respeitem as mulheres e os homens em múltiplas relações.

Quando indagados os jovens da comunidade remanescente de Quilombo Boi sobre o que pensam sobre os padrões contrários aos heteronormativos, as falas se baseiam na religião. De acordo com um jovem, “tem que ser de acordo a criação que acredito também, né, porque se Deus fizesse só homem, só homem, também não ia ter a família” (JH2). “A gente acredita na origem de Deus, né!” (JM8). Compreende-se, assim, que o modelo de família aceitável é somente aquela composta por homem, mulher e filhos, desconsiderando as outras formas de se constituir uma família que não seja a imposta pelos padrões patriarcais. Nessa perspectiva, Souza (2014, p.201) enfatiza: “a família só seria legítima se acompanhasse o modelo homem, mulher e filhos, sendo descartadas outras composições. Para isso, é preciso vigiar o sexo, vigiar os corpos e regular a sexualidade”.

A diversidade sexual está presente também no campo, porém ainda de forma camuflada, pois a onda conservadora nesses espaços se revela de forma intensificada, dificultando o rompimento das barreiras que impedem que as pessoas se expressem. Touraine (2010, p. 63) destaca que a sexualidade não é, por consequência, um dado biológico e menos ainda uma construção social imposta pelo poder varonil. De acordo com os sujeitos da pesquisa, ainda não se presenciou nenhuma relação homossexual dentro da própria comunidade, porém já se ouve falar de casos relacionados a outras comunidades vizinhas. Um jovem afirma que hoje a diversidade sexual

no campo “[...] tá a mesma coisa da cidade” (JH2).

A falta de informações faz com que termos como viado, bicha, delicada, sapatão, macho e fêmea dentre outros sejam usados de forma natural para se referir à população LGBT. Outras vezes, existem pessoas que fazem uso desses termos, não pela falta de conhecimento sobre, e sim como forma de desferir ofensas contra as pessoas. Os jovens pesquisados disseram que procuram lidar com a diversidade em geral com respeito, mesmo não concordando com algumas atitudes. Consideram que os temas gênero e diversidade sexual ainda precisam ser muito debatidos. O que se percebe é que há uma necessidade muito grande de se apresentar às juventudes do campo outra visão sobre esses assuntos, diferente da que os sistemas conservadores defendem, no sentido de romper preconceitos e ampliar a visão que a população tem sobre essa temática, pois a ideologia de gênero se ajusta aos casos de homofobia e desigualdades de gênero e sexual. Por outro lado, “Grupos que se apresentam como porta-vozes de um segmento coeso e tradicionalista, especialmente quando o tema toca em questões de gênero, tentam ocultar a polifonia existente sobre esse tema” (Souza, 2014, p. 202).

Com isso, vive-se em um sistema criado para determinadas pessoas, e aquelas que não se adaptam a esse sistema dominado pelo patriarcalismo e o conservadorismo exacerbado são facilmente descartadas.

A força do discurso machista, hegemônico, patriarcal é avassaladora; muitas vezes quando a mulher passa a ocupar um lugar frequentado em sua maioria por homens, causa estranheza e seu caráter perante a sociedade passa

a ser questionado até por outras mulheres.

Eu acho que até a própria mulher propaga o machismo, porque tipo quando você tá por exemplo, de shortinho curto no jogo, [...] você tá lá dançando né, às vezes no outro dia, nem eu, eu não falo nada, mas tipo vocês, você viu fulano como é que tava ontem lá descendo até o chão, como é que a mulher fica desse jeito, [...] entendeu? (JH1)

Nas palavras desse jovem, “a própria mulher propaga o machismo”. Essa ideia é resultado do que os sistemas conservadores tentam propagar, como forma de justificar as suas atitudes e concepções machistas relacionadas às mulheres. O que acontece de fato é que, desde pequenas, as mulheres são ensinadas a reproduzirem as características do machismo em suas atitudes e falas. Para Sachi (2018, p. 30), “[...] é na interação das relações sociais que o sujeito se constrói historicamente em seu ambiente, carregando consigo bagagens construídas ao longo do tempo”.

Desse modo, são necessárias uma (des) construção e uma (re)construção para que esse mesmo sujeito se entenda como parte integrante de um processo histórico, social, cultural e político. Nesse processo, a luta em prol da implementação de políticas públicas de valorização dos direitos humanos, transgressoras dos discursos e das práticas preconceituosas, perpetuadoras da concepção patriarcal de sociedade, é fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados permitiram a compreensão de que os jovens do campo, por viverem em uma comunidade onde os valores tradicionais estão

enraizados nos ensinamentos que lhes são passados, começam a adquirir algum conhecimento quando saem desse espaço e convivem com outras realidades. Por outro lado, aqueles que não têm a oportunidade de adentrar outros espaços, permanecem acreditando em ideias e comportamentos legitimados pela classe opressora.

A falta de informação é um dos fatores que contribui para a reprodução de ideias conservadoras e patriarcais. Nesse sentido, temáticas como diversidade sexual e relações de gênero continuam sendo invisibilizadas nos processos educativos no campo e na cidade. As desigualdades de gênero são notáveis nas falas dos jovens pesquisados.

No campo a mulher ainda é aquela que cuida dos afazeres domésticos e, quando vai para a roça com o marido, seu trabalho é visto apenas como ajuda. Muitos jovens são reprimidos a não assumirem a sua identidade de gênero e se calam diante da opressão.

O silenciamento no campo passa pela falta de políticas públicas e investimentos, abrangendo também a sexualidade desses sujeitos e questões relacionadas a gênero. A ideia hegemônica envolvendo a sexualidade obstrui a ruptura de paradigmas relacionados à identidade sexual dos jovens que passam a se privar do contato com o outro, procurando aparências que possam esconder a sua identidade, seja ela sexual ou de gênero. Com efeito, muitos jovens preferem apresentar-se à comunidade segundo seu sexo biológico a não contrapor-se aos regimentos precisos para se ter uma conduta adequada à hierarquia patriarcal.

O direito de escolha é exercido somente por uma pequena parcela privilegiada. Aos demais restam as correntes da opressão, a inquietude das

incertezas, a discriminação, a violência que cada dia aumenta, matando homens e mulheres, por não poderem exercer autonomia sobre suas vidas. O diferente é considerado pelos padrões tradicionais como inferior, e pode ser facilmente descartado. Acredita-se que as barreiras em torno da diversidade sexual e das relações de gênero podem ser quebradas por meio da implementação de políticas públicas, amplas e efetivas que possam reconhecer as diferenças e singularidades dos seus sujeitos, promovendo o debate sobre todas as vertentes teórico-práticas existentes na sociedade, visando a construir um mundo com menos preconceitos e mais respeito às diferenças.

Financiamento: Modalidade da Bolsa: CNPq/PIBIC/AF.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Os quilombos e as novas etnias." **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002: p.43-81.

ALVES, Maria Zenaide. Crescendo “longe demais das capitais”: um olhar sobre a juventude de um município rural mineiro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 77-93.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Revista Psi. Clin.**, Rio de Janeiro: v.17, Nº2, 2005, p.41-52.

BERGER, Marc. **O Quilombo – forma de resistência histórica dos escravos**: Um breve ensaio no exemplo de Palmares. Seminar Paper, 2007.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no

Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al. (org). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 p. 5-23.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos; GOMES, Jerusa Vieira. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

COVER, Maciel; CERIOLI, Paulo Ricardo. Juventude rural e modelos de desenvolvimento agrário. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes. (org). **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. P.50-59.

DURAND, Olga Celestina da Silva; ALVES, Suzy de Castro. Juventude do campo na busca da escolarização/qualificação: uma experiência em Santa Catarina. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes. (org). **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.60-76.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, v. 1, 1978.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA E INSTITUTO DATAFOLHA. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 2019. Disponível em: <http://www.iff.fiocruz.br/pdf/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>. Acesso em: 12 de dez de 2019.

GOMES, Nilma Lino et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, 2005.

IBGE. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 20 de dez 2019.

LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isabel Antunes. (org). **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **O Currículo Escolar e a construção da Identidade Étnico-Racial da Criança e do Adolescente Quilombola**: Um olhar reflexivo sobre a autoestima. Salvador, 2008. 144 f. Diss. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade)–Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, 2008.

MAIA, Marcos Felipe Gonçalves; ROCHA, Damião. Ideologia de Gênero: tensões e desdobramentos na educação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 25, set/dez de 2017.

MULHEN, Bruna Kkrimberg Von; STREY, Marlene Neves. Desconstruindo estereótipos de gênero para o empoderamento conjugal. In: STREY, Marlene Neves; SOUZA, Nathalia Amaral Pereira de. **Corpo e relações de gênero na contemporaneidade**. EDIPUCRS, 2017. p. 68-89.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: NOVAES, Regina. **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 105-120.

OLIVEIRA, Claudia Elaine Guedes de; TERUYA, Tereza Kazuko. Voluptuosidade e prazer: A homossexualidade no livro a confissão de Lúcio. In: MAIO, Eliane Rose.(org). **Gênero e Sexualidade: Interfaces Educativas**. Curitiba: Appris, 2018. p. 42-62.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude-alguns contributos. **Análise social**. [1990]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em: 10 de dez 2019.

PEREIRA, José Carlos Alves. Da migração nacional à internacional: enredos e desenredos de jovens rurais

na agricultura familiar. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 149-166.

SACHI, Berivalda de Jesus do Prado. Possibilidades didáticas para o ensino da educação sexual em sala de aula. MAIO, Eliane Rose.(org). **Gênero e Sexualidade: Interfaces Educativas**. Curitiba: Appris, 2018. p. 25-41.

SILVA, Denise Regina Quaresma da; OLIVEIRA, Mariane Camargo D'. As assimetrias da intersecção entre cidadania e igualdade para as mulheres. In: STREY, Marlene Neves; CÚNICO, Sabrina Daiana. (org). **Teorias de Gênero Feminismos e Transgressão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 18-42.

SOUZA, Sandra Duarte de. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2 • 188-204 • jul.-dez. 2014 • ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078 DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1078/er.v28n2p188-204>.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: Novaes, Regina. **Culturas Jovens novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p. 192-200.

VIANA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual, breve história de lutas, danos e resistências**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**.2015. Disponível em: <https://www.mapadavbiolenca.org.br/>. Acesso em: 03 de abril de 2019.

WEISHEIMER, Nilson. A situação juvenil na agricultura familiar. In: LEÃO, Geraldo; ROCHA, Maria Isa-

bel Antunes. (org). **Juventudes do Campo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.28- 49.